



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 153

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 153

141ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello 15

Dep. Geraldo Cartário 16

Dep. Tadeu Veneri 18

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Marcelo Rangel 20

Dep. Elio Rusch 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 16

Liderança do Bloco PDT

Dep. Geraldo Cartário 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 25

Redação Final 25

1ª Discussão 26

Requerimentos 27

Encerramento da Sessão 28

DIÁRIO Nº 153

141ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cleiton Kielse, Ney Leprevost e Valdir Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 347 a 356, 362, 364 a 368/08, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADOS os Projetos de Lei nºs:

239/08: Do Tribunal de Justiça que, estabelece as delimitações territoriais das circunscrições do 1º, 2º, 3º e 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de entrância final de Maringá, em razão da criação do 4º Serviço de Registro de Imóveis, pela Lei Estadual nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, modificando o perímetro urbano e rural das referidas circunscrições, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15972. **Anote-se - Arquivo-se.**

256/08: Do Poder Executivo que, estabelece a Política de Turismo do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15973. **Anote-se - Arquivo-se.**

290/08: Do Tribunal de Justiça que, cria 12 cargos de Assessor de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15975. **Anote-se - Arquivo-se.**

232/08: De autoria do Deputado Jocelito Canto que, denomina rodovia Guilherme Kantor a rodovia Estadual PR-281, nos trechos que ligam Fluvópolis a Rio Claro, no município de São Mateus do Sul e Rio Claro ao município de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o nº 15976. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/08: De autoria do Deputado Ney Leprevost que, acresce inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 14743/05, alterada pela Lei nº 15492/07, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15977. **Anote-se - Arquivo-se.**

215/08: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, dispõe que os hotéis, pousadas, pensões, albergues, motéis e estabelecimentos congêneres, localizados no

estado do Paraná, ficam obrigados a registrar e manter um cadastro de menores de 18 anos que vierem a hospedar, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15978. **Anote-se - Arquivo-se.**

491/07: De autoria do Deputado Artagão Júnior que, dispõe que os fornecedores de serviços de qualquer natureza, no âmbito do estado do Paraná, ficam obrigados a disponibilizarem nas faturas ou boletos mensais de cobrança, o endereço completo de suas instalações comerciais, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15979. **Anote-se - Arquivo-se.**

705/07: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, revoga a Lei nº 15455, de 31/01/07, o qual convertido em Lei tomou o nº 15980. **Anote-se - Arquivo-se.**

418/08: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar permuta de imóveis com o município de Apucarana, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15981. **Anote-se - Arquivo-se.**

443/08: Do Poder Executivo que, dispõe que não serão computados, nos limites estipulados pelo artigo 13 da Lei Estadual nº 15750/07, os Créditos Suplementares abertos aos Orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário do Ministério Público e das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde, até o limite de R\$ 400.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15982. **Anote-se - Arquivo-se.**

124/08: De autoria do Deputado Marcelo Rangel que, dispõe que os hospitais e maternidades estaduais prestarão assistência especial às parturientes cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência crônica que implique tratamento continuado, constatado durante o período de internação para o parto, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15984. **Anote-se - Arquivo-se.**

311/08: Do Poder Executivo que, aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 44.130.691,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16006. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/08: De autoria dos Deputados Nelson Justus e Durval Amaral que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Clemerson Merlin Clève, o qual convertido em Lei tomou o nº 16007. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/08: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que, pelo desempenho de atividade de natureza especial com risco de vida, será concedida gratificação aos servidores ocupantes dos cargos que menciona, do Foro Judicial e do Sistema dos Juizados Especiais - conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16008. **Anote-se - Arquivo-se.**

322/08: Do Tribunal de Justiça que, dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 86, da Lei Estadual nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16009. **Anote-se - Arquivo-se.**

312/08: Do Tribunal de Justiça que, altera o *caput* do artigo 85 e os incisos I e II do artigo 165 da Lei nº 14277/03, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16010. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 357/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 649/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes, por considerá-lo contrário ao interesse público.. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 358/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 032/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 359/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 043/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 360/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 039/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 361/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 802/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 2223/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 411/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2137/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 409/CEDEC/PR, acerca da Indicação Legislativa nº 810. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2138/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 410/CEDEC/PR, acerca da Indicação Legislativa nº 811. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2176/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº SEIM/GS 238/08, acerca da Indicação Legislativa nº 796. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2177/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 126/08-AJ, acerca da Indicação Legislativa nº 805. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2178/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 2089-GS, acerca da Indicação Legislativa nº 791. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2195/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DRDO-C/0890/08/DJU, acerca da Indicação Legislativa nº 850. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2224/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Despacho com Protocolo nº 7386.253-1, acerca da Indicação Legislativa nº 801. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2225/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DRDO-C/0894/08/DDI, acerca da Indicação Legislativa nº 902. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3418/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1560/08 - 2ª Câmara, exarado no Processo nº 234026/06-TC, referente à Impugnação do Serviço Social Autônomo ParanaPrevidência. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 508/08, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades desenvolvidas pelo referido Tribunal durante o 3º trimestre de 2008. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 2088/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Ademar Traiano e Douglas Fabrício que pedem esclarecimentos sobre os valores e datas dos pagamentos efetuados ao Governo do Estado, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos da COPEL, nos anos de 2003 a 2007. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 180/08/CLG/DPA/IPHAN do Sr. Marco Dy Carlo Mota Fonseca, Coordenador de Logística/Ordenador de Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, comunicando celebração de convênio nº 029/08 entre o referido Instituto e a Universidade Estadual de Londrina, para a execução do projeto Implantação do setor de ação cultural e educativa no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício Circular/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/Nº 86 do Sr. Fernando Antônio Brandão, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 86.565,39, creditado no dia 28/10/08, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício/INCRA/SR (09) nº 5417/08 da Sra. Irene Coelho de Souza Lobo - Superintendente Regional Substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, informando que o INCRA e o Instituto de Terras Cartografia e Geociências - ITCG firmam convênio com o objetivo de realizar Regulariza-

ção Fundiária em diversos municípios do estado e cadastro gráfico das áreas que foram objeto de titulação pelo estado do Paraná na faixa de fronteira, no valor total de R\$ 7.033.000,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 857/08-GAB/SFA/PR do Sr. Antonio H.S. Mascarenhas Neto, Superintendente Federal de Agricultura no Paraná, substituto, informando que foram descentralizados recursos da ordem de R\$ 9.365.411,00 destinados ao Convênio MAPA/SFA/PR e SEAB/PR, para apoiar a manutenção do Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1233/GAB/SDC/MAPA do Sr. Marcio Antonio Portocarrero, Ordenador de Despesas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, comunicando a celebração de convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná no valor de R\$ 39.000,00 objetivando o Agronegócio Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6511/2008/REDUR/LD do Sr. Wilson Sfeir, Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedido a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0210149-15/2006/MDA/CAIXA, do Programa PRONAF, encerrando-se no dia 31/03/09. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL001085, 1086, 1087, 1088, 1165 e 1196/08 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução dos Programas PNAP-PRE-ESCOLA, PNAE-FUNDAMENTAL, PNATE-FUNDAMENTAL, PNAQ-PNAE QUILOMBOLA, PROJovem CAMPO - TD e PNAE - FUNDAMENTAL, junto a Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 594/08

SÚMULA:

Sugere a doação de um microônibus ao município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um microônibus ao município de Paçandu;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Paçandu, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Esportes do município de Paçandu não possuem um ônibus para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 17/12/08, em Comissão Geral de Plenário para a discussão emissão de parecer e votação das seguintes matérias: 300/07, que institui normas para o ingresso no ensino fundamental com nove anos de duração; 005/08, Ofício nº 054/08 altera a Lei nº 11719/97, que cria o quadro temporário de técnico especializado em infância e juventude e adota outras providências; 314/08, que altera o artigo 60 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 14277, de 30/12/03, código de organização e divisão judiciárias turmas recursais; 354/08 que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel, conforme específica; 375/08, Ofício nº 675/08 - fica criada a 56ª Sessão Judiciária, com sede na comarca de Realeza, integrada pelas comarcas de Salto do Lontra e de Capitão Leônidas Marques, alterando a Lei nº 14277, de 30/12/03. (28ª Seção Judiciária integrada pela sede, comarca de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos; 38ª Seção Judiciária integrada pela sede, comarca de Medianeira e pelas comarcas de Matelândia e São Miguel do Iguaçu; 391/08 (Mensagem nº 029/08) que inclui parágrafo único ao artigo 12, da Lei nº 13667, de 05/07/02, que transforma órgãos da estrutura organizacional básica do Poder Executivo; 393/08 Ofício 765/08, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná; 402/08 Mensagem nº 031/08 - altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências; 468/08, ofício 931/08 que altera o artigo 155, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (titular de ofício do foro judicial será substituído por qualquer dos funcionários da justiça indicados no artigo 123); 469/08, Ofício nº 930/08 que dispõe sobre adequação nominal dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a partir de 01/10/08 (11% - onze por cento de reajuste); 496/08, Mensagem nº 036/08 que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob o controle do estado do Paraná aos quais foram exonerados ou demitidos no período de 01/01/83 a 31/12/88, contrariando os preceitos legais; 541/08, que extingue as classes de Agente de Conservação, Agente de Serviços Gerais, Ascensorista e Copeiro, do quadro de pessoal do Poder Judiciário vinculado à

Secretaria do Tribunal de Justiça (funcionário), e 544/08, de autoria do Poder Executivo, Tribunal de Justiça e do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento:

Dr. Batista, Jonas Guimarães, Teruo kato, Dobrandino da Silva, Luiz Fernandes Litro, Miltinho Pupio, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Stephanes Júnior, Edgar Bueno e Augustinho Zucchi.

REQUERIMENTO Nº 3962

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 03 de abril, devido viagem a Londrina para encontro partidário e 14 de maio, para encontro com dirigentes partidários em Brasília.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 3960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento às Sessões do dia 15/07/08, devido visitas a programas de meio ambiente praticados pelo estado do Rio da Janeiro

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 3961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 08, 09 e 10/04/08, devido a reuniões partidárias em Brasília.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 3915

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Isami Morita, médico clínico geral, com 83 anos de idade, no último dia 07 de dezembro, no município de Paranaguá.

Dr. Isami Morita era viúvo da Sra. Eliete Morita, deixa três filhos; Luiz Yukio Morita, Rubens Tomio Morita e Sérgio Haruyoshi Morita. Deixa ainda seis netos e três bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3952

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento da Sra. Avacir Correia Reis Dias, ocorrido na última quarta-feira, dia 10 de dezembro, em Ponta Grossa/PR.

Amiga, companheira, e militante do Partido dos Trabalhadores, ajudou a fundar e consolidar o PT em Ponta Grossa, sempre ao nosso lado, defendendo uma política mais humana de transformação social.

Estendo a minha solidariedade à família que deve levar na lembrança o trabalho e a luta da Dona Avacir, que dedicou a vida pelas causas mais nobres da democracia.

Requer ainda que seja dada ciência aos familiares, por meio de correspondência.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 3916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Edgar Silvestre, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Marialva.

Marialva é um município onde votaram 24 mil e 017 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 9 mil e 983 votos, representando 89,76% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Edgar Silvestre.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Manoel Abrantes Neto, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Iguaçu.

Iguaraçu é um município onde votaram 3 mil e 088 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 524 votos, representando 55,64% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Manoel Abrantes Neto.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Fábio Chicarolli, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Lobato.

Lobato é um município onde votaram 3 mil e 362 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 760 votos, representando 58,09% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Fábio Chicarolli.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Ismael Ibrain Fouani, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Mandaguaçu.

Mandaguaçu é um município onde votaram 14 mil e 493 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 5 mil e 892 votos, representando 51,20% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Ismael Ibrain Fouani.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Antonio Fuentes Martins, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Floresta.

Floresta é um município onde votaram 4 mil e 294 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 2 mil e 120 votos, representando 52% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Antonio Fuentes Martins.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Antonio Zanchetti Neto, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Uniflor.

Uniflor é um município onde votaram 1 mil e 746 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 964 votos, representando 57,83% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Antonio Zanchetti Neto.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. João Venceslau, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Santo Inácio.

Santo Inácio é um município onde votaram 3 mil e 581 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 2 mil e 269 votos, representando 63,33% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. João Venceslau.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Arquimedes Zirolto, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Astorga.

Astorga é um município onde votaram 19 mil e 592 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 7 mil e 693 votos, representando 49,30% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Arquimedes Zirolto.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Erivaldo Lourenço da Silva, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Ângulo.

Ângulo é um município onde votaram 2 mil e 470 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 128 votos, representando 51% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Erivaldo Lourenço da Silva.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Nelson Tureck, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Campo Mourão.

Campo Mourão é um município onde votaram 60 mil e 386 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 24 mil e 998 votos, representando 52% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Nelson Tureck.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Carlos Alberto Richa, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Curitiba.

Curitiba é um município onde votaram 1 milhão 254 mil e 776 eleitores e o Prefeito foi reeleito ainda no primeiro turno, com 778 mil e 514 votos.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Beto Richa.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Silvio Magalhães Barros II, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Maringá.

Maringá é um município onde votaram 234 mil e 417 eleitores e o Prefeito foi reeleito, ainda no primeiro turno.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Silvio Barros.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Marcos Melo, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Colorado.

Colorado é um município onde votaram 14 mil e 863 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 7 mil e 993 votos, representando 56% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Marcos Melo.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Nilson Camargo Monteiro, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Inajá.

Inajá é um município onde votaram 2 mil e 424 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 903 votos, representando 100% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Nilson Camargo Monteiro.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Pe. Osvaldo Campos de Almeida, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Borrazópolis.

Borrazópolis é um município onde votaram 6 mil e 888 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 3 mil e 287 votos, representando 57% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Pe. Osvaldo Campos de Almeida.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Alcídio Delapria, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Doutor Camargo.

Doutor Camargo é um município onde votaram 4 mil e 798 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 2 mil e 726 votos, representando 100% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Alcídio Delapria.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Edson Luiz Ratti, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Floraí.

Floraí é um município onde votaram 3 mil e 853 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 2 mil e 031 votos, representando 56% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Edson Luiz Ratti.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3933

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa à Sra. Vera Lucia da Silva Zanatta, pela sua reeleição ao cargo de Prefeita do município de Terra Boa.

Terra Boa é um município onde votaram 11 mil e 687 eleitores e a Prefeita foi reeleita, com 6 mil e 080 votos, representando 64% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa à Sra. Vera Lucia da Silva Zanatta.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3934

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. José Cláudio Pol, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Luiziana.

Luiziana é um município onde votaram 5 mil e 101 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 3 mil e 236 votos, representando 100% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. José Cláudio Pol.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Cyro Fernandes Correa Junior, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Ivaiporã.

Ivaiporã é um município onde votaram 22 mil e 560 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 7 mil e 932 votos, representando 42% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Cyro Fernandes Correa Junior.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Vanderlei Oliveira Santini, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Ivatuba.

Ivatuba é um município onde votaram 2 mil e 571 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 965 votos, representando 46% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Vanderlei Oliveira Santini.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Milton Martini, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Sarandi.

Sarandi é um município onde votaram 53 mil e 817 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 18 mil e 817 votos, representando 43,65% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Milton Martini.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Janilson Marcos Donasan, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Ourizona.

Ourizona é um município onde votaram 2 mil e 763 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 540 votos, representando 60% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Janilson Marcos Donasan.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Elias de Lima, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Engenheiro Beltrão.

Engenheiro Beltrão é um município onde votaram 10 mil e 516 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 6 mil e 301 votos, representando 71% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Elias de Lima.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa à Sra. Rosinei Aparecida Raggiotto Oliveira, pela sua reeleição ao cargo de Prefeita do município de Querência do Norte.

Querência do Norte é um município onde votaram 8 mil e 360 eleitores e a Prefeita foi reeleita, com 4 mil e 511 votos, representando 67% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa à Sra. Rosinei Aparecida Raggiotto.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Adnam Luiz Canelo, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Kaloré.

Kaloré é um município onde votaram 3 mil e 569 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 1 mil e 799 votos, representando 53% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Adnam Luiz Canelo.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Antonio Carlos Zampar, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Itambé.

Itambé é um município onde votaram 4 mil e 510 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 910 votos, representando 49% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Antonio Carlos Zampar.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Beto Costa, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Goioerê.

Goioerê é um município onde votaram 21 mil e 036 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 5 mil e 172 votos, representando 31% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Beto Costa.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Osvaldo Ishikawa, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Quarto Centenário.

Quarto Centenário é um município onde votaram 3 mil e 856 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 1 mil e 881 votos, representando 58,45% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Osvaldo Ishikawa.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Vladimir da Silva, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Paiçandu.

Paçandu é um município onde votaram 23 mil e 585 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 7 mil e 721 votos, representando 43% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Vladimir da Silva.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Pe. José Martins de Oliveira, pela sua eleição ao cargo de Prefeito do município de Jardim Alegre.

Jardim Alegre é um município onde votaram 9 mil e 389 eleitores e o Prefeito foi eleito, com 3 mil e 852 votos, representando 50% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. Pe. José Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. José Gilmar Benkendorf da Silva, pela sua reeleição ao cargo de Prefeito do município de Munhoz de Mello.

Munhoz de Mello é um município onde votaram 2 mil e 967 eleitores e o Prefeito foi reeleito, com 1 mil e 686 votos, representando 66% dos votos bons.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Sr. José Gilmar Benkendorf da Silva.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, a consigna nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao 14º Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, na pessoa do seu Comandante, Tenente-Coronel Mauro Alves Pinto, pela formatura de 112 soldados, do Curso de Formação de Soldados 2008, ocorrida em Foz do Iguaçu no dia 12 de dezembro do corrente, e que seja encaminhada cópia deste expediente àquela Corporação.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No dia 12 do corrente, em Foz do Iguaçu, foi realizada a formatura de 112 soldados que participa-

ram do Curso de Formação de Soldados 2008, realizado pelo 14º Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, tendo como Comandante o Tenente-Coronel Mauro Alves Pinto.

Por esse trabalho de formação de mais policiais empreendido pelo 14º BPM, de imprescindível importância para os paranaenses na área de segurança, manifestamos as nossas congratulações àquele Batalhão, e registramos nos Anais desta Casa o nosso recolhimento por essa realização daquela Corporação em prol da sociedade, cujos formandos já encontram-se prestando serviços, garantindo assim mais segurança e tranquilidade à nossa população, especialmente de Foz do Iguaçu e de outros municípios vinculados àquela unidade e que este Parlamentar representa nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 3950

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar o encaminhamento de votos de efusivas congratulações e de profícua gestão à Sra. Senadora Kátia Regina Abreu - na condição de Presidente - e demais integrantes da diretoria, onde o Sr. Ágide Mene-guetti, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, assume o cargo de 1º Vice-Presidente, pela posse como dirigentes gestão 2008/2011 da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, que ocorre nesta data, na capital federal).

Nesta oportunidade, formula-se os melhores votos para que a nova diretoria consiga realizar um trabalho brilhante e e exemplar. Acrescentando novos triunfos aos já conseguidos pela CNA, ao longo de sua existência, em favor da agricultura brasileira.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dada ciência da mesma à Senadora Kátia Abreu com votos de constante sucesso em suas múltiplas atividades.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao jogador paranaense, natural de Pato Branco, Rogério Ceni, que defendendo as cores do São Paulo Clube, sagrou-se campeão brasileiro de 2008.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser encaminhada à sede do São Paulo Futebol Clube.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao jogador paranaense, natural de Bandeirantes, Nilmar Honorato da Silva, que defendendo as cores do Sport Club Internacional, sagrou-se campeão da Copa Sul-Americana de 2008.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser encaminhada à sede do Sport Club Internacional.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de louvor e congratulações ao Senador Alvaro Dias, por ter sido escolhido por voto popular o Senador mais atuante do Congresso Nacional no ano de 2008.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Depois de consultar jornalistas que cobrem as atividades do Legislativo, registrar 1,2 milhão de votos durante 60 dias de votação no internet e acompanhar uma emocionante disputa pelas primeiras colocações, o site Congresso em Foco entrega o prêmio aos melhores Parlamentares do ano o Prêmio Congresso em Foco 2008.

O Senador paranaense Álvaro Dias (PSDB) foi o primeiro colocado entre os senadores. Do total de 407 mil e 993 votos dos internautas, Álvaro obteve 82 mil e 279, o gaúcho Pedro Simon (PMDB) ficou em segundo lugar com 41 mil e 163 e o paulista Eduardo Suplicy (PT), ficou em terceiro com 41 mil e 162.

Com novas categorias de premiação, novos parceiros e aumento do número de votos, a terceira edição do prêmio chega ao final sem mudar, porém, seu objetivo, que é estimular os brasileiros a analisarem o desempenho dos Parlamentares e a prestarem mais atenção no que se passa no legislativo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 546/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador João Kopytowski.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador João Kopytowski é natural de Itaiópolis, estado de Santa Catarina, tendo transferido residência para o Paraná com a finalidade de desenvolver suas funções como funcionário público por 10 anos.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1969. Cursou a Escola Superior de Guerra e Altos Estudos Amazônicos.

Participou de vários cursos e eventos jurídicos-culturais. Visitou o Sistema Jurídico-Policial Alemão e outros países. Exerceu a magistratura como Juiz de Direito em diversas comarcas do estado. Na capital, presidiu o 2º Tribunal do Júri por 11 anos. Foi Juiz do extinto Tribunal de Alçada e atualmente é Desembargador.

João Kopytowski proferiu palestras sobre violência, corrupção e drogas - prevenção e combate na ESG, academias, universidades, instituições e eventos, em cidades do nosso país e no exterior: Argentina, Uruguai, Porto Rico, Paraguai, México, Canadá, Chile, África do Sul e Rússia.

Elaborou trabalho sobre o Controle Judicial das Buscas Domiciliares e da Escuta Telefônica à Luz da Constituição Federal.

Proferiu discursos e palestras em Defesa do Território Nacional, Recuperação Moral e Cívica do País, modernização e Agilização do Júri e da Justiça, Dolo Eventual no Delitos de Trânsito, Novos Procedimentos Jurídicos - Policiais e Psicossociais para Reduzir a Violência do Trânsito.

Foi o idealizador e articulador dos Encontros Nacionais de Tribunais do Júri, difundindo inovações dos julgamentos populares.

É Cidadão Honorário de Santa Mariana, São José dos Pinhais, Curitiba e Foz do Iguaçu, no Paraná e Cidadão Benemérito de Itaiópolis, SC, sua cidade natal.

Amigo da Polícia Militar do Paraná e da Marinha do Brasil; Medalha de Pacificador; Medalha Santos Dumont; Medalha Coronel Sarmento; Elogios das Câmaras Municipais de Curitiba, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu, Assembléia Legislativa do Paraná e Câmara Federal; entrevistas e diversas referências midiáticas.

Recebeu Insígnia de Honra ao Mérito Militar, concedida pela Presidência da República; Mérito do Ministério Público Militar; Mérito pela Valorização da Vida - SENAD; entre outras homenagens.

Autor da proposta de criação da Força Multilateral Anti-Narco-Terrorismo e outros Ramos da Criminalidade Organizada Transnacional - Parlatino, Buenos Aires, 1993 e da MERCOPOL - Polícia do MERCOSUL (2002).

Participou da Missão Internacional da ONU - Avaliação de Equipamentos e cursos de treinamento para for-

ças de segurança, para prevenção e combate ao narcoterrorismo nacional e intercontinental.

Convidado para compor e presidir Tribunal Internacional, a ser instituído na Chechênia. Amigo e defensor das instituições estaduais e nacionais, meio ambiente, etc.

Com esse currículo impressionante e com sua vida já fazendo parte da história do Paraná, o desembargador João Kopytowski, faz jus à homenagem que estamos propondo, bem como, o Paraná faz justiça à um dos seus mais brilhantes homens que tendo nascido no estado vizinho de Santa Catarina, escolheu o estado do Paraná como sua terra, para dar a sua parcela de colaboração na construção de um estado que prima pela formação da cidadania de seu povo.

Por isso, peço aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador João Kopytowski.

PROJETO DE LEI Nº 547/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A súmula da Lei nº 15758 de 27/12/07 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: Dispõe que os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, de natureza não tributária, nos termos da Lei Federal nº 4320/64, decorrentes de multas, restituições e demais penalidades impostas pelos diversos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo-se os previstos na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituirão crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagas em até 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme especifica.”

Art. 2º O artigo 1º da referida lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, de natureza não tributária, nos termos da Lei nº 4320/64, decorrentes de multas, restituições e demais penalidades impostas pelos diversos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, incluindo-se os previstos na forma da Lei Complementar nº 113, de 15/12/05, que constituirão crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagas em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o disposto nesta lei.”

Art. 3º Suprime-se o parágrafo 3º do artigo 1º da referida lei.

Art. 4º O artigo 5º e seu parágrafo único da Lei nº 15758/07 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Com o deferimento do pedido de parcelamento a Secretaria de Estado da Fazenda comunicará ao

órgão competente para fins de registro de regularidade em seus cadastros, autorizando a emissão de certidão positiva com efeitos negativos, para fins de certidão liberatória ou similar.

Parágrafo Único. Rescindindo-se por inadimplemento o parcelamento será automaticamente comunicado pela SEFA ao órgão competente, para fins de cassação liberatória emitida, vedação de nova certidão liberatória ou revigoração de sanção previamente imposta, nos termos da lei.”

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como objetivo disponibilizar ao cidadão paranaense, pessoa física ou jurídica, o parcelamento de débitos de natureza não tributária, oriundos dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual, ainda administrativamente e, portanto, sem incidência de custas processuais e honorários advocatícios.

Com isso se visa facilitar o pagamento de débitos que extrapolam a capacidade econômica dos cidadãos paranaenses, possibilitando também ao estado um aumento considerável na receita, tendo em vista os muitos casos de pessoas ou empresas que poderiam usufruir desta medida para sanar seus passivos com os cofres públicos estaduais.

Além disso, a medida também beneficiaria muitos municípios que dispõem de orçamento reduzido e que têm contra si débitos gerados por penalidades impostas pelos diversos órgãos da Administração Pública Estadual, invariavelmente superiores à sua capacidade financeira, impossibilitando o pagamento e conseqüentemente, a obtenção da Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Esta situação bloqueia as transferências voluntárias, ceifando os anseios dos municípes, pois impede o acesso de seus respectivos municípios a recursos estaduais e federais, inviabilizando os necessários investimentos em saúde, educação, transportes, habitação, etc.

Ademais, há que se ressaltar, que, atualmente, sem lei específica autorizatória, tanto a Secretaria da Fazenda, quanto a Procuradoria Geral do Estado se recusam a permitir o parcelamento, o que só é disponibilizado após o ajuizamento de Processo de Execução, elevando o valor, não só pela adição de custas processuais e honorários advocatícios, mas especialmente pela demora na inscrição em dívida ativa e propositura da ação, o que gera ainda o considerável aumento do débito em razão dos juros de mora.

O oferecimento do presente projeto se dá com fulcro nos artigos 130 e 53, incisos III, IV, V e X, ambos da Constituição Estadual, não gerando impacto financeiro negativo aos cofres públicos estaduais por aumento de

despesa, nos termos daquela Carta Magna, bem como da legislação infraconstitucional estadual e federal. Vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

...

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal.

Além disso, se adequa à atribuição legislativa desta Casa de Leis disposta na legislação, bem como, na jurisprudência pátria, com julgados recentes do Supremo Tribunal Federal garantindo a constitucionalidade de iniciativa de lei neste sentido por parte das Assembléias Legislativas.

Portanto, conclamo os nobres Pares a apoiar o presente projeto, votando favoravelmente às alterações propostas.

PROJETO DE LEI Nº 548/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no município de Lidianópolis, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/12/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública

a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no município de Lidianópolis.

Sem fins lucrativos, fundada em 28/06/96, a entidade tem por objetivos:

I - Discutir no seu âmbito de ações, sobre ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família - escola - comunidade, enviando sugestões, em consonância com a proposta pedagógica, para apreciação do Conselho Escolar e equipe-pedagógica-administrativa;

II - Prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - Buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;

IV - Proporcionar condições ao educando para participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização em Grêmio Estudantil com o apoio da APMF e do Conselho Escolar;

V - Representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino, visando uma escola pública, gratuita e universal;

VI - Promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades socioeducativas e culturais e desportivas, ouvido o Conselho Escolar;

VII - Gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata;

VIII - Colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, conscientizando sempre a comunidade sobre a importância desta ação.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a um assunto nesta tarde que tenho insistido bastante. A Justiça de Ponta Grossa determinou ontem o

fim do corte etário para ingresso das crianças no ensino fundamental.

Tenho trabalhado muito nessa questão, fizemos Audiência Pública nesta Casa, participei do Encontro de Educação Infantil em São Luiz do Maranhão. Tenho uma opinião muito clara a este respeito. Na verdade, é um desrespeito às crianças essa idéia de que para entrar no primeiro ano do ensino fundamental tem que fazer seis anos até março. E a Justiça está indo muito além do Parlamento. Nós, infelizmente, nesta Casa, não conseguimos ainda chegar a um consenso para votar uma legislação determinando que a criança que faz seis anos até dezembro pode ser matriculada no primeiro ano do ensino fundamental.

Tínhamos combinado com o Deputado Romanelli até o fim deste período legislativo, mas acho que não houve consenso e vamos deixar para votar no ano que vem. Mas a Justiça está se adiantando à nossa ação, felizmente.

Dando exemplo de Ponta Grossa, volto a contar essa história: quando fui Prefeito implantamos na cidade o ensino fundamental de cinco anos, no município. Existia a pré-escola em algumas escolas, 40% no máximo, nós extinguímos a pré-escola e universalizamos o ensino de cinco séries. No primeiro ano, como não tinha sala de aula suficiente, colocamos algumas crianças que faziam seis anos até dezembro, mas no final do nosso Governo toda criança que fizesse seis anos até dezembro podia entrar no ensino fundamental.

Em função de algumas alterações aqui no Conselho Estadual de Educação, a Secretária do atual Governo, no final de 2005, alterou a legislação, uma norma do Conselho Municipal seguindo a norma do Conselho Estadual. Estabeleceu que as crianças, para entrarem na primeira série, precisavam fazer aniversário até o mês de março. Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, exclui da escola 2 mil e 500 crianças de Ponta Grossa no ano de 2006. Essas crianças foram para CMEIs ou para as creches, e as crianças mais novas ficaram, por consequência, sem vagas nas creches e na educação infantil.

Felizmente, a Justiça pontagrossense repara esse desrespeito total às crianças e estabelece uma ordem que é correta para o Brasil todo. Acho que os Deputados do Paraná devem, o mais depressa possível, estabelecer uma legislação nesse sentido.

Em primeiro lugar, é o respeito ao direito a criança. Toda legislação que interpretamos não fala quando aumenta de quatro para cinco anos o município, ou de oito para nove. Jamais diz que a criança vai sair mais tarde da escola. Toda legislação e todas as diretrizes legais do Brasil estabelecem que a criança deve entrar mais cedo. Ora, se no sistema antigo a criança entrava com sete anos e agora entra com seis, se no sistema antigo a criança fazia sete até dezembro entrava, agora também tem que entrar fazendo seis até dezembro. Caso contrário a criança vai sair mais tarde da escola e isso vai ser prejudicial aos municípios. É muito mais fácil fazer

uma conta, uma conta básica da aritmética fundamental: se a criança entra mais tarde, ela vai sair mais tarde e portanto o município vai ter que arcar com a responsabilidade de dar escola para as crianças desde que nascem até os 11 anos de idade, hoje até os 10 anos. Isso a longo prazo prejudica os municípios que vão ter que investir mais recursos.

Como o ensino infantil não é direito público subjetivo nem obrigatório, como não tem uma tradição de educação infantil, vai demorar muito mais tempo para incluir nossas crianças se esse corte etário, em março, continuar vigindo em alguns municípios.

Felizmente quero dar parabéns à Justiça de Ponta Grossa que estabelece...(ininteligível)... para as crianças e acho que a Assembléia, o mais depressa possível, Deputado Marcelo Rangel, deve votar uma legislação estabelecendo que a criança que faz seis anos até dezembro pode entrar no ensino fundamental.

Então, era esse o assunto que queria trazer inicialmente aos Srs. Deputados, parabenizando a Justiça de Ponta Grossa.

Também fazer alguns comentários sobre a postura da minirreforma tributária da Governo Requião. O Diretório Estadual do PT se reuniu no sábado pela manhã, tivemos um amplo debate onde participaram a maioria dos Deputados e os dirigentes estaduais do PT e decidimos...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do PT

... o Diretório decidiu que a bancada tem autonomia para estabelecer o voto nesta Casa. Então, vamos reunir os Deputados para tomar uma posição. Faremos uma reunião amanhã para tomar nossa posição em definitivo, ouvindo os seis Deputados do Partido dos Trabalhadores.

A idéia geral é uma idéia favorável, primeiro que participamos do Governo, confiamos no Governo Requião, apesar de que não é um princípio do partido a questão da reforma desse tipo, por isso o Diretório estabeleceu que os Deputados têm autonomia para deliberar, mas entendemos que o Governo que defendemos e participamos, é um Governo que utiliza bem os recursos arrecadados, é um Governo que se pauta por programas sociais, buscando a redistribuição de renda - cite-se os Programas Tarifas Social da Água, Luz Fraterna, Leite para as Crianças, os recursos investidos na agricultura familiar, na pavimentação de estradas, alternativas ou pedágio, na Saúde, na Educação, aumentando de 25 para 30% os investimentos na Educação.

Portanto, entendemos que se o Governo arrecadar mais, como alguns dizem, esses recursos serão dirigidos para as pessoas que necessitam, principalmente nessa crise geral do capitalismo, crise mundial do capitalismo.

Segundo, acreditamos na lógica da reforma na medida em que o Governo vai estabelecer uma diminui-

ção de alíquota de 95 mil itens, itens de consumo corrente, de consumo de bem-salário, nós acreditamos na análise dos técnicos do DIEESE, que entendem que as pessoas que ganham de um a seis mínimos terão vantagem, uma deflação nos preços daquilo que consomem, fazendo a relação entre o aumento de 2% na energia, na gasolina, no telefone, cigarro e bebida e a diminuição de 18 para 12%, às vezes de 27 para 12% em 95 mil produtos, será vantajoso para as camadas populares.

Por isso, a nossa orientação inicial é votar a favor da reforma. No entanto, decidimos por unanimidade, a nossa bancada, com apoio do partido, apresentar algumas emendas. Estamos conversando com o Líder do Governo e esperamos que essa emenda seja aprovada por unanimidade nesta Casa, principalmente a emenda que altera o artigo 1º, uma emenda aditiva, no item “c” do inciso IV, onde diz que haverá aumento na energia elétrica, exceto a destinada a eletrificação rural, nós acrescentamos, exceto a destinada a eletrificação rural e as micro e pequenas empresas beneficiadas com o tratamento tributário simplificado - SIMPLES, porque sabemos que enquanto as outras empresas industriais podem fazer, elas creditam o ICMS que pagam a mais da energia elétrica, as micro e pequenas empresas não.

Então, achamos que é justo que tiremos da lei as empresas, as micro e pequenas empresas que têm tratamento especial do SIMPLES, elas não precisam pagar esses 2% a mais. O problema é técnico. Estamos discutindo com o Líder do Governo para ver se é possível a COPEL, é factível que ela estabeleça esse critério para que as micro e pequenas empresas não paguem esse aumento de 2% na energia. As outras emendas são emendas mais simples: uma emenda que estabelece que o Poder Executivo vai avaliar num prazo de seis meses o impacto na redução de alíquotas proposta no artigo 1º dessa lei ao consumidor final, para fazer os ajustes necessários ao alcançar a Justiça Tributária.

A outra emenda, artigo 3º: *O Governo fica responsável sobre apresentar, no prazo de 30 dias após a sanção da presente lei, proposta para ampliar a isenção ou redução de alíquotas do ICMS para pequenas e médias empresas, considerando novos limites de faturamento.* Sobre essa proposta conversamos com o Governador Requião, na semana passada durante o seminário sobre a crise econômica e ele mesmo falou, deu uma declaração na terça-feira passada na “escolinha”, que a partir de um pedido da Bancada do PT ele envidaria estudos para conduzir nesse caminho a isenção ou redução de alíquotas de ICMS para pequenas e médias empresas.

Esperamos que estas emendas sejam aprovadas e em função disso a reforma poderá contar com os votos da Bancada do PT.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na tarde de ontem me encontrava no gabinete e ouvi as palavras do Deputado Rangel no acalorado debate falando inclusive sobre pedagógico. No transcorrer do debate o Deputado Rangel falou que o PPS, muito menos os Deputados da atual legislatura, tinham qualquer compromisso com o Governo Jaime Lerner, pois aqui não se faziam presentes. Eu endosso, na verdade os Deputados aqui não estavam.

Sr. Presidente, na cidade de Ourinhos no estado de São Paulo, um dos Vereadores, até era médico, eu estava naquela época trabalhando na rádio de Ourinhos, das emissoras coligadas, e um Vereador na Câmara, antes da revolução, apresentou um título para o Che Guevara. Logo a seguir veio a revolução e um adversário foi à Câmara, pegou a ata da Câmara e mandou para o Serviço Nacional de Informação, e aquele Vereador, médico candidato a Prefeito, foi cassado por causa de uma ata!

Quero cumprimentar o brilhante serviço desta Casa, das taquígrafas, pois sem dúvida são as atas desta Casa que vão, lá na frente, daqui a uns 50 anos, dizer o que nós somos aqui ou o que fomos aqui nesta Casa.

Por isso quero hoje responder ao Deputado Rangel que eu fazia parte, sim, do Governo Jaime Lerner e me orgulho muito disso! Talvez V. Exa. não tenha esse orgulho do Governo que V. Exa. está fazendo parte hoje, direta ou indiretamente. Senão vejamos, foi no Governo Jaime Lerner que o Paraná passou por essa grande revolução, jamais vista, ao ponto que os próprios paulistas que hoje vêm aqui tirar fotos, mas no Governo Jaime Lerner os paulistas entraram com ações na Justiça contra o Paraná. Sabem por quê, Srs. Deputados? Porque nós tínhamos um Secretário da Indústria e Comércio do Governo Jaime Lerner que enfrentou São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul! Esse Secretário da Indústria e Comércio, prezados Deputados, ajudou o Governador Jaime Lerner a fazer a diferença, e nós, Deputados daquela época, lhe demos toda a sustentação política e legislativa para acontecer essa grande revolução que teve no Paraná. Foram ações de lá para cá, Sr. Presidente, aliás o Secretário da Indústria e Comércio que estou me referindo está aqui na presidência desta Casa. Ele criou esse problema para o Paraná, recebendo ações na Justiça, por quê? Porque o Paraná começou a se industrializar.

Deputado Rangel, entre outras coisas temos que analisar que o Paraná, hoje, e V. Exa. com a sua pouca idade, percebeu que em Ponta Grossa, por exemplo, foi o Prefeito Martins que iniciou a grande revolução da indústria de Ponta Grossa. Sou político daquele tempo. Aqui no Paraná, se V. Exas. chegarem na Cidade Industrial, Parque Barigui, vias rápidas, as lentas que existem em Curitiba, aqui tem a marca do Jaime Lerner. Orgulho-me de ter sido um Deputado do Governo Jaime Lerner. Por isso, que nos Anais desta Casa...

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Deputado Rangel, o Paraná realmente passou por uma grande transformação. Hoje se vemos os gráficos da arrecadação do estado, V. Exa. vai ficar impressionado pela inteligência do Jaime Lerner, vai ficar impressionado com a competência e capacidade do Governador Jaime Lerner, pois os números não mentem. E o Deputado que está presidindo esta Casa, então Secretário da Indústria e Comércio - não vai me apartear porque está presidindo, mas se pudesse gostaria que ele me apartasse e falasse - entre outras a Tafissa, grande empresa que funciona 24 horas numa região mais pobre do Paraná, que nunca ninguém se lembrou que Piên existia, que Agudos do Sul existia. Nunca um Governador se interessou pelo sul do Paraná. E o Jaime Lerner proporcionou a Tafissa, que lá está funcionando.

V. Exa. pode também se aperceber de São José dos Pinhais, as empresas... Não sei o Presidente desta Casa, mas eu fico orgulhoso de encontrar um carro Renault em exposição lá em São Paulo, no Iguatemi ou em qualquer grande shopping deste país. E lá esta a marca da competência da capacidade do povo do Paraná, porque esse automóvel foi gerado aqui no Paraná. Isso se chama Jaime Lerner e a sua equipe.

V. Exa. deve estar falando: "Está falando só em perímetro urbano." Não, Deputado. Jaime Lerner foi mais longe, não se preocupou com casa de 25 metros, de 30 metros da COHAB ou da COHAPAR. Jaime Lerner revolucionou quando pensou em valorizar o interior, quando pensou em deixar o homem lá na sua cidade com uma casa digna, com 5 mil m² de terra. Ele construiu a Vila Rural, o nosso orgulho, não existe em outros estados brasileiros. E os Caminhos da Educação. Eu estive com o Deputado Trevisan. Deputado Romanelli, não tenho saudades de outra coisa não. Tenho saudades de chegar em São Sebastião da Amoreira, com R\$ 1 milhão a fundo perdido. Não esse financiamento que o Requião está se espelhando em outros Governo. Chegar em São Sebastião da Amoreira, construir barracões industriais, dinheiro dado a fundo perdido.

Deputado Romanelli, V. Exa. é Deputado de Santa Cecília do Pavão, você tem orgulho. Orgulho tenho eu que através do Governo Jaime Lerner levei dinheiro dado para construir o ginásio de esportes que aquela cidade nunca teve. Levei para aquela cidade do dinheiro para afastar a cidade inteira, que o povo lá não tinha asfalto. Não é casa popular, não é financiamento de casa de 20 metros não. Ali foram obras que havia necessidade.

Quero concluir essa manifestação para que nos Anais desta Casa não venham lá na frente dizer fomos coniventes com o Governo corrupto, porque o Jaime Lerner não foi corrupto em lugar nenhum, muito menos no Paraná. Jaime Lerner mostrou a sua inteligência e está mostrando para o mundo inteiro do que ele é capaz.

Olha os Caminhos da Educação, ruas asfaltadas. Quando estive na Alemanha, junto com o Deputado Trevisan e o Deputado Zucchi, o Deputado Trevisan chegou numa BMW e nos levou para as cidades lá da Alemanha, ali na região de Hanover. Falava para o Trevisan: Trevisan, você já foi Prefeito, eu já fui Prefeito, Vice, veja que diferença: a estrada da roça na Alemanha é asfaltada. Onde entra o trator e carroça tem asfalto. Dizia para o Trevisan: ainda bem que no Paraná tem um processo agora de que os Caminhos da Educação, que é um projeto novo de asfalto, que está se levando aos distritos - há o município e tem o distrito - tem o Programa Caminhos da Educação.

Em matéria de indústria, gostaria de saber do Líder do Governo - pelo qual não tenho nada pessoal contra, nem o Governador que eu admiro - o Governador também tem obras boas no Paraná. Agora, ele deixe de ser Governador, vem aqui na tribuna e fala: "Você fez parte do Governo Requião." Eu fiz sim, com muita honra. O Requião fez muita coisa boa e vai fazer, tem mais dois pela frente.

Não podemos nos envergonhar a quem pertencemos. Mesma coisa de ter vergonha de onde eu nasci, ter vergonha lá da nossa Tibiriçá, na região de Baurú, que é uma cidade pequena onde meu pai nasceu. Não tenho vergonha não, tenho orgulho!

Então, queria deixar marcado nesta Casa que eu me orgulho de fazer parte de um Governo criativo. Agora, Deputado Nelson Justus, V. Exa. não vai falar, mas a Toyota, já chegou a fábrica no Paraná? Porque estava tudo preparado, vinha caminhando a passos longos para que a Toyota fosse edificada no Paraná.

Claro que o Deputado Rangel vai falar assim: "Mas o Jaime Lerner é o pai do pedágio". V. Exa. sabe que o Chile, Portugal, a Espanha, a Alemanha, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos têm pedágio, São Paulo tem pedágio desde que eu me conheço por gente. Foi o Governador Carvalho Pinto, que sucedeu Ademar de Barros. Quer que eu conte um pouco de São Paulo? Eu também conto, porque vivi aquela época. Eu e o Deputado Anibelli somos políticos daquele tempo.

Então posso lhe dizer que não é ata dessa Câmara que vai envergonhar o meu neto de um dia alguém dizer que eu fiz parte do Governo Jaime Lerner. Vai me orgulhar.

Deputado Nelson Justus, certamente tem um patrimônio enorme, além de ser amigo do Jaime Lerner, nunca negou, ainda foi Secretário dos Transportes e foi Secretário da Indústria e Comércio. Então, são coisas assim que nos deixam orgulhosos de ser Deputado. Eu fico orgulhoso de ser Deputado.

Estão falando aí que ninguém transfere voto. A eleição do Tribunal de Justiça, ontem, Deputado Nelson Justus, mostrou que se transfere voto, sim, porque a grande administração do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Vidal Coelho, que eu nunca apertei a mão dele, nunca cheguei perto dele, ele mostrou que se transfere

voto quando se governa bem. Não se iluda, o Presidente Lula está com 73 na crise. O Sarney ficou com 72 quando o Plano Cruzado congelou tudo. O Presidente Lula vai eleger Governador adoidado neste Brasil, pode estar certo disso. Ele é amigo do povo, trabalha pelo povo.

Por isso que faço um apelo aqui aos Deputado ligados ao Governador Requião: não manchem o nome do Requião com esse aumento de imposto. Não façam isso. O Requião não merece isso. O Requião não merece sair do Governo como quem aumentou o imposto da luz. O Requião é uma pessoa boa, me ajudou muito quando fui Prefeito de Mandirituba. Fizemos a integração de transportes. O Requião não merece isso, porque o Mundo inteiro está baixando os impostos.

Vou dizer o seguinte: tem um operário que sai da indústria, passa num bloco, toma uma pinga e paga. Passa outra vez, toma uma pinga e paga. Daí falam para ele o seguinte, o dono do bar o seu Joaquim, o meu patrício: “Por que não tomas mais uma pinga?” “Não tenho dinheiro para isso.” “Não, mas ficas devendo.” “Então me dá mais uma.” E passa e diz: “Por que não toma mais uma?”

Aí ele tomou uma e ficou devendo duas. Passou um mês, passou dois. Perguntaram para ele: “O senhor não paga essas duas pingas fiadas?” Ele falou: “O meu salário não dá para pagar. Eu não posso lhe pagar, mas eu comprei mais pinga, agora estou devendo. Já fui no banco.” Ele disse: “Olha, eu vivia bem com uma pinga, o senhor me induziu a tomar duas. Eu tenho dinheiro para tomar uma. Essas duas eu não tenho, isso é supérfluo.”

Então, o Brasil inteiro e o Mundo estão vivendo a ilusão. Não precisa ter tanto dinheiro para viver. Temos que tirar fora a gordura. Temos que baixar impostos, tem que baixar os preços dos carros, dos veículos. Tem sim, Deputado Anibelli. Isso que eu queria que V. Exa. convencesse o Governador, colocar o fiscal na portas do supermercado. Colocar fiscais, porque no Brasil o sujeito está ficando rico demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Elton Welter, tem aqui nesta Casa, um projeto que já foi votado, uma PEC, em primeira votação que prevê que no estado do Paraná, para as servidoras públicas estaduais, tenham o mesmo tratamento as gestantes e as mulheres que adotam, licença para adoção na Vara Judicial, que já é determinado pelo Governo Federal.

Essa emenda não foi colocada em segunda votação, mas hoje nós, quando votamos um projeto do Tribu-

nal de Justiça, apresentamos uma emenda e foi acatada pelo Relator Deputado Nereu Moura, que prevê situação exatamente igual a esta.

Por uma feliz coincidência ontem nós também tomamos conhecimento do Decreto Judiciário nº 910, de 10/12/08.

(**Lê**):

“Para efeito de regulamentação da prorrogação da licença-maternidade, em observância ao contido no artigo 2º da Lei nº 11770, de 09/09/08.

DECRETA:

Art. 1º É garantida à magistrada, à servidora ocupante de cargo efetivo, à servidora ocupante de função comissionada ou de cargo em comissão, inclusive sem vínculo efetivo, a prorrogação da licença-maternidade por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do subsídio ou da remuneração.

§ 1º A prorrogação da licença-maternidade será garantida também à magistrada ou à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

§ 2º A prorrogação de que trata este artigo é concedida imediatamente após a fruição dos 120 (cento e vinte) dias da licença-maternidade, desde que solicitada até o final do primeiro mês após o parto ou no requerimento da licença para a adoção ou guarda judicial.

Art. 2º A magistrada ou servidora deverá declarar, quando do requerimento da licença, que no período da prorrogação não exercerá qualquer atividade remunerada e não manterá a criança em creche ou instituição similar, sob pena de perder o direito ao benefício.

Art. 3º Fica assegurado o benefício à magistrada ou servidora cujo período de licença tenha sido finalizado no intervalo compreendido entre a data da publicação da Lei nº 11770/08 e a véspera de publicação deste ato normativo.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a prorrogação será devida de forma integral, ainda que a magistrada ou servidora já tenha retornado às suas atividades após a conclusão do período anteriormente concedido, desde que a requeira no prazo de 15 (quinze) dias contados da vigência deste ato.

§ 2º No caso de o período de prorrogação da licença coincidir com o da fruição de férias, estas serão alteradas para o término da prorrogação, se outra data não houver sido requerida pela magistrada ou servidora.

Art. 4º Os casos omissos ou duvidosos serão decididos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 5º Esta ato entre em vigor na data de sua publicação.”

Estou lendo nesta tribuna porque há muito tempo as mulheres têm feito uma luta, as mães e os pais, porque ele atinge diretamente as mulheres, têm feito uma luta nacional para que o direito à licença-maternidade de 180 dias seja respeitado. E no estado do Paraná não é diferente. V. Exas. receberam uma solicitação feita por diversos sindicatos para que coloquemos em votação - e aí

cabe à Presidência - coloquemos em segunda votação a PEC que diz que a mulher que trabalha no serviço público do estado do Paraná também terá direito a estas mesmas condições análogas àquela que prevê a Lei nº 11770, de 09 de setembro de 2008.

Quero saudar o Tribunal de Justiça pela iniciativa e dizer que esperamos que a Assembléia Legislativa também coloque, o mais rápido possível, esta segunda votação da PEC, porque não é possível que uma servidora que muitas vezes tem uma dificuldade imensa para ficar com seu filho após os 120 dias, que ela ainda não seja beneficiada por aquilo que já determina a lei federal. É preciso que nos adequemos, que o estado se adeque àquilo que, sem dúvida nenhuma, traz um benefício, Deputada Luciana Rafagnin, autora desta emenda constitucional, sabe o quanto será benéfico para a mãe e principalmente para a criança ficar 180 dias com sua mãe, com seu pai, os 180 primeiros dias de sua vida, ter um tratamento diferenciado, uma atenção diferenciada, e sem dúvida nenhuma não tem um custo para o estado que seja algo que impossibilite o estado de cumprir com suas obrigações.

Ora, o estado tem recursos, hoje, para colocar em diversas atividades. Não há nenhum constrangimento, nenhum impedimento, nada que impeça, de fato, que as nossas servidoras públicas possam também ter o direito daquilo que já prevê a lei federal, sancionada pelo Presidente Lula.

Por isso, espero que possamos, no mais breve espaço de tempo, temos dois ou três dias com várias Sessões, mas que no ano que vem possamos, já no início do ano, votar a PEC que V. Exa. é uma das signatárias, porque me parece que estaríamos corrigindo uma injustiça cometida, hoje, uma vez que as demais servidoras do Poder Judiciário e também servidoras da união já têm este direito, e nada mais correto que o direito seja estendido a todas as servidoras públicas do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, comitê de imprensa e telespectadores que acompanham as Sessões da Assembléia Legislativa. Inicialmente para registrar e agradecer a visita, nesta Casa, da Bel Espinosa, aqui na tribuna de honra, e do Wagner Rogel. É uma grande estrela do rádio FM de Londrina e o Wagner é um dos maiores comunicadores da nossa televisão. Sejam bem-vindos, Bel Espinosa e Wagner Rogel.

Presidente, para registrar o recebimento do expediente assinado pelo engenheiro Fernando de Barros, que é Presidente da CONSEMA. Ela diz aqui o seguinte:

“Nossa alerta.

O CONSEMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente de Londrina, vem a público fazer um urgente alerta às autoridades constituídas, à sociedade organizada e à população de Londrina e da Cambé, das prováveis graves consequências sobre a qualidade da água e, conseqüentemente, da saúde e também da qualidade de vida, em um futuro breve, daqueles que vivem nesses municípios que captam água do rio Tibagi, que, em função da construção da hidrelétrica de Mauá, ora em início...”

Já começou a construção da usina hidrelétrica de Mauá e o Dr. Fernando Barros alerta que tanto a usina de Mauá e mais sete outras usinas ainda previstas deixarão a qualidade do abastecimento de água dos lares totalmente comprometida.

“Todos sabem que a vocação do rio Tibagi é ser manancial de abastecimento público, de onde Londrina capta mais de 60% de sua água potável. O rio Tibagi é um rio de grande volume de água e de boa qualidade. É um rio rico em corredeiras, que o fazem ser um rio de características especiais, já que todo esgoto e matéria orgânica que é jogada ao longo de seu curso, nas várias cidades que o ladeiam, são purificadas pela oxigenação e energias naturais do próprio rio, depurando a sua água e fazendo com que ela chegue para quem mora em Londrina e Cambé em boas condições para ser utilizada no abastecimento público.

O CONSEMA avaliou os estudos ambientais disponibilizados pelo Consórcio Cruzeiro do Sul e pela COPEL e identificou que os próprios relatórios ambientais, EIA-RIMA, falam sobre o problema dessa usina.”

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, Sr. Presidente, CONSEMA, através do seu Presidente, Fernando Barros, está alertando aquilo que já havíamos falado aqui. Parabéns ao Dr. Fernando Barros, que é um grande ambientalista, grande homem preocupado com a ecologia, preocupado com os nossos mananciais, preocupado com as nossas matas, preocupado com os nossos rios, com os nossos ribeirões e preocupado com a saúde do nosso povo. Ele está alertando neste documento o perigo que a população de Londrina, de Cambé e, futuramente, de outros municípios que vão consumir água do rio Tibagi e vão ter um abalo na sua saúde, vão ter a sua saúde prejudicada pela insistência e diria até pela birra de quererem construir uma usina em um rio tão importante para o norte do Paraná.

Já que no momento é sabido que não há falta de energia elétrica na nossa região, graças a Deus, essa usina não é prioritária e poderia esperar um pouco mais para se fazer estudos, para fazer avaliações, sendo que se deveria primeiro pensar na saúde do povo, ou na vida do nosso povo, mas lamentavelmente as autoridades que comandam o nosso Paraná, Deputado Cheida, V. Exa. que recebe o nosso aplauso pelo meio ambiente, e de repente

estamos vendo que isso aqui é praticamente uma obra de birra: “Eu mando, eu faço, eu determino, eu quero que a usina seja feita e pronto, ponto final”. E a saúde do povo, a vida do povo? Isso não está sendo levado em conta, lamentavelmente. A autoridade tem que pensar primeiro na vida, na saúde do nosso povo. Então, vão destruir o rio Tibagi, vão estragar, vão causar danos à saúde do nosso povo.

Parabéns, então, Presidente do CONSEMA, engenheiro Fernando, que ele conte com o nosso apoio, com a nossa solidariedade, por essa causa que deve ser a causa de todas as famílias que moram em Londrina, moram em Cambé, e todos aqueles que hoje, ou futuramente, vão também consumir a água do rio Tibagi.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas para cumprimentá-lo pelo brilhante depoimento. Concorde com V. Exa., acho que é uma temeridade, o chamado princípio da precaução, que não sabemos o dano que vai causar. Então é melhor não usar aquela famosa placa de trânsito: “Na dúvida não ultrapasse”. Então a mesma coisa serve para a questão ambiental e V. Exa. está sendo muito feliz no seu depoimento, parabéns. E lembrar, aproveitando, dizer a todos os companheiros Parlamentares, já estamos terminando o ano e um projeto de minha autoria que promove o tombamento do rio Tibagi ainda está na CCJ, o Relator deu parecer favorável ao projeto, e o projeto está, a CCJ está recomendando a mim que faça um pedido ao Governador para que promova o tombamento. Obviamente não vamos fazer, porque é o próprio Governador que está concordando com a edificação da usina. Então, pedir a todos os Parlamentares que integram a CCJ que botem esse projeto para andar, queremos vê-lo em Plenário, mesmo que seja para votar contra, mas queremos ver o projeto em Plenário para fazer essa discussão que V. Exa., na tarde de hoje, tão bem faz.

Obrigado pelo aparte e parabéns.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Cheida. Nossa gratidão ao trabalho de V. Exa. como Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Não há aqui ninguém mais competente, mais entendido que V. Exa. nessa área. Parabéns.

Sr. Presidente, está na imprensa nacional, o povo brasileiro pode ficar tranqüilo, o Presidente Lula tem 73% de aprovação numa pesquisa e 84% de aprovação em outra pesquisa. Parabéns ao Presidente Lula e também ao povo brasileiro. Tem aqui uma outra tranqüilidade, que a presidência da república reservou R\$ 241 mil para comprar material de limpeza para deixar o Palácio do Planalto bem limpinho. Que maravilha, o Governo limpo, isso é bom. Então está aqui, com esse dinheiro o Presidente Lula mandou comprar 907 flanelas, 11 esco-

vas de nylon, 295 rodinhos para limpar o prédio do Palácio, e mandou comprar 53 baldes, e aquela musiquinha do Presidente Jânio Quadros quando foi candidato a Presidente: “Varre, varre vassourinha”, o Presidente pegou uma carona na música que foi o refrão da campanha do Jânio Quadros, e com esse dinheiro mandou comprar 247 vassouras para deixar o Governo bem limpo. Então, está aí a notícia, o Deputado Dobrandino está rindo, tem que deixar o Governo limpo.

Agora, também há a preocupação de que o pessoal do Governo não vai passar fome, porque é aquela história: ninguém é de ferro. Aí o Presidente Lula mandou reservar 10 milhões para o lanche, porque o pessoal precisa tomar um lanche quando está trabalhando. Então, que lanche caro, Presidente Anibelli, R\$ 10 milhões! Está aqui. É da empresa CIAL Comércio e Indústria de Alimentos Ltda. Esta empresa vai servir os assessores do Presidente Lula, no Palácio do Planalto. Vai servir lanche, coquetéis e cafezinhos para o pessoal poder trabalhar com a barriga forrada, calçada. Então, R\$ 10 milhões em apenas 12 meses, Deputado Elio Rusch, é o que o Presidente Lula mandou reservar para comprar coquetéis, lanches e cafezinhos só para o pessoal que trabalha no Palácio do Planalto.

O Palácio vai estar limpo e o pessoal vai estar com a barriga bem forrada, bem calçada para enfrentar a barra, para enfrentar a Oposição. Deputado Rangel, V. Exa. também está rindo, mas o Presidente Lula mandou reservar 10 milhões para alimentar bem sua assessoria para poder enfrentar essa crise internacional que está vindo. Se eles não estiverem fortes acabarão perdendo a parada para a crise internacional. Dez milhões os assessores do Lula vão gastar, em 12 meses, só no prédio do Palácio do Planalto, tomando cafezinho, tomando um coquetel, porque só o café puro não daria certo.

Por último, Presidente, quero agradecer os oficiais de Justiça que estão acompanhando atentamente a movimentação desta Casa sobre o Projeto nº 470/08. É um presente de Natal que a categoria está recebendo. E que presente! Esse é um presente que ninguém gostaria de receber. É um projeto oriundo do próprio Tribunal de Justiça e que extingue a categoriados oficiais de Justiça. Meu Deus do Céu, não sei se no planeta Terra não é a primeira vez que se manda um projeto para extinguir uma categoria tão importante, que são os nossos valorosos oficiais de Justiça.

A notícia que temos a esses valorosos servidores do Poder Judiciário é que tivemos uma reunião na Comissão de Finanças e, atendendo pedido de alguns oficiais de Justiça, como membro da Comissão de Finanças, pedi vistas do Projeto nº 470/08, já que hoje tivemos a honra de receber a visita do Desembargador Dr. Noronha. Ele veio, expôs as razões do Tribunal. Ontem, estes servidores da Justiça, por meio de seus sindicatos, de suas associações, também foram ouvidos na Comissão de Finanças. O que eu pretendia na Comissão de Finanças? É que agora confrontássemos o que ouvimos dos oficiais

de Justiça, o que interessa aos oficiais, aos escrivães e, também, avaliar o que ouvimos do Desembargador Dr. Noronha, para não se votar aqui apressadamente, volto a repetir, no afogadilho.

De repente, tenho uma notícia que não é nada boa. Fomos democraticamente derrotados na Comissão de Finanças e o pedido de vistas foi rejeitado. Está rindo, Deputado Marcelo? É o que diz aqui. Passaram com aqueles tratores poderosos na minha cabeça e os nobres colegas, membros da Comissão de Finanças, acabaram votando para que não fosse concedido o pedido de vistas e, conseqüentemente, isso aqui vai num embalo só. É igual caminhão na banguela, não é?

Então, o projeto vai estar na pauta de hoje, como prevíamos. Resta aos valorosos oficiais de Justiça cobrar de cada um dos Deputados a solidariedade efetiva, votando contra o projeto, ou votando a favor das emendas que serão apresentadas aqui em plenário, que beneficiam essa categoria.

Era isso, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Antonio Belinati, o que pensaria o amigo do Deputado Cartário, que o antecedeu na tribuna, que não podia pagar a segunda pinguinha, ouvindo quanto o Palácio do Planalto vai pagar?

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Oficiais de Justiça, podem contar com o meu voto.

(Aplausos)

Antes porém me dirigir ao Deputado Geraldo Cartário. Ontem, no meu pronunciamento, disse daquela outra tribuna que o PPS não estava presente na época do Jaime Lerner aqui na Assembléia Legislativa. Mas nunca o PPS fez nenhuma crítica ao Jaime Lerner, porque existe uma prática, é de praxe da Liderança do Governo, no momento de fazer críticas à Oposição, sempre ligar ao Governo Jaime Lerner. Lembrei ao Líder do Governo de que a Bancada do PPS é formada por Deputados de primeiro mandato - na época eu não imaginava que me tornaria Deputado Estadual. Votei no Jaime Lerner e parabeno também muitas ações do Jaime Lerner, principalmente pela nossa região dos Campos Gerais, que tornou a cidade de Ponta Grossa um dos grandes pólos industriais, o segundo maior pólo industrial do estado do Paraná, graças a ele.

Houve erros. Na minha opinião, o maior erro do ex-Governador Jaime Lerner não foi o de implantar o pedágio, porque em todos os países de Primeiro Mundo tem pedágio. O maior erro do ex-Governador Jaime Ler-

ner foi quando ele deixou que as concessionárias adotassem esses contratos, que na minha opinião são unilaterais, imperfeitos, e que deixam os cidadãos paranaenses praticamente reféns dessas tarifas absurdas. Esse foi o grande erro. Por outro lado, dizer que fazendo parte da Bancada de Oposição, não temos essa ligação com o passado do ex-Governador.

Hoje, subo aqui na tribuna para falar sobre outro assunto. Primeiro, parabenizar a Justiça paranaense. Hoje, está nas primeiras páginas dos principais jornais da cidade de Ponta Grossa, uma decisão da Justiça, que serve para todo o estado do Paraná, não somente para uma cidade. A Justiça acabou com o corte etário. Crianças com cinco anos que façam aniversário durante o ano letivo, podem sim se matricular no ensino fundamental no primeiro ano. Isso é importantíssimo. Essa manifestação da Justiça é de suma importância para o estado do Paraná, porque somos contra a discriminação. Infelizmente, algumas cidades do estado do Paraná, principalmente uma cidade tão importante como Ponta Grossa, com mais de 300 mil habitantes, ainda sofre com a discriminação para com algumas crianças. No ensino particular isso não ocorre. Mas no ensino público, infelizmente, isso ocorria.

Agora, a Justiça foi lá com posicionamento firme e personalidade. O Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, Guilherme Frederico Hernandez, julgou procedente a ação cível pública proposta pela Promotoria de Justiça que simplesmente prevê o direito à matrícula no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, somente às crianças que completam seis anos durante o ano letivo.

O que estava acontecendo era o seguinte: se uma criança nascia no dia 29 de março poderia se matricular; no dia 1º de abril não podia. Ora, meus amigos, que mal fez uma criança que nasceu dois dias depois? Discriminação pura! E agora está se restabelecendo a Justiça e as Prefeituras do estado do Paraná vão ter que acatar essa decisão. Na verdade, a lei já existe. A lei é nacional, da Carta Magna, da Constituição da República. Todas as Prefeituras deveriam adotar esse sistema, mas infelizmente algumas ainda ficam teimando e agora vão ter que respeitar a Justiça.

Então, gostaria de parabenizar, deixar aqui registrado nos Anais da Assembléia Legislativa o posicionamento da Justiça, principalmente dos Juizes das Comarcas de Ponta Grossa, da 3ª Vara Cível, com relação a essa decisão que irá beneficiar milhares de crianças, não só na região de Ponta Grossa, mas acredito que será uma decisão importante para todo o estado do Paraná. E a nossa lei, o nosso projeto que estamos encaminhando na Assembléia Legislativa para tornar isso obrigatório também no estado, será encaminhado nos próximos dias, senão no próximo ano, até fevereiro.

Sr. Presidente, muito obrigado pela benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch, no Pequeno Expediente.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, que preside esta Sessão na tarde de hoje, Sras. e Srs. Deputados.

Não gostaria de voltar a esta tribuna sobre um assunto já debatido por diversos Parlamentares e por inúmeras vezes aqui nesta Casa. E não só deste ano. O Deputado Waldyr Pugliesi, que foi Secretário dos Transportes, Deputado Nelson Justus, são dois Parlamentares da atual legislatura que passaram por esta Secretaria tão importante do nosso estado, que procura dotar o Paraná de infra-estrutura necessária tanto no transporte rodoviário, ferroviário, e porque não dizer marítimo. E quando se fala em transporte marítimo falamos do porto de Paranaguá. Aliás, o porto de Paranaguá já foi motivo de diversos pronunciamentos aqui nesta Casa.

E lamentavelmente, mais uma vez o porto de Paranaguá, diversos Superintendentes passaram pela administração da APPA uns realizaram obras, outros deixaram de realizar, alguns acharam que apenas com pronunciamentos, com algumas atitudes até radicais, poderiam resolver a questão do porto de Paranaguá.

Lamentavelmente, temos que fazer referência mais uma vez. Esta semana a imprensa tem noticiado que os práticos do porto de Paranaguá, e não sou especialista, mas sabemos, práticos são aqueles que buscam o navio em alto-mar, ou levam do porto de Paranaguá, lá do berço onde o navio é carregado, até o alto-mar para que o navio possa seguir sua viagem.

Os práticos, preocupados, Deputado Pastor Edson, com o possível encalhe de um dos navios, o que resolveram? Fizeram uma solicitação que fosse diminuído mais ainda o calado do Canal da Galheta lá do porto de Paranaguá.

Ora, o canal que serve o porto de Paranaguá e também de Antonina, mais precisamente até o porto de Paranaguá, a profundidade era 14 metros, isso em 2003. Aí assumiu o atual Governo, romperam-se os contratos com uma empresa que fazia a manutenção e dragagem permanente, a dragagem desse canal, romperam-se os contratos, e desde aquela época até hoje não se fez mais nenhuma conservação desse canal que dá acesso para que pudéssemos exportar a nossa mercadoria, a nossa produção, ou mesmo para as empresas que importam as mercadorias.

O que aconteceu com o passar do tempo? Ora, o canal teve a sua profundidade reduzida. Até semana passada tivemos autorização para que os navios pudessem, ao menos era a segurança que os práticos e a autoridade marítima, ou seja, a Capitania dos Portos, deram a garantia para que os navios pudessem chegar com o calado até 11 metros e 30. Agora, procura-se reduzir para abaixo de 10 metros de profundidade.

Ora, Srs. Parlamentares e Srs. paranaenses que prestigiam a Sessão de hoje e imprensa aqui do estado do

Paraná, pela primeira vez na história do nosso estado, no porto de Paranaguá, Deputado Mauro Moraes, teremos o calado reduzido abaixo de 10 metros de profundidade.

E o que quer dizer isso? Que apenas pequenos e médios navios poderão chegar ao porto de Paranaguá, tanto para carregar ou descarregar sua carga. E um navio, por exemplo, ao menos a informação...

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

...eu quero dizer que ao menos estamos informados, Deputado Antonio Anibelli, que os navios que chegam ao porto de Paranaguá, por exemplo, um navio de 50 mil toneladas, diz que apenas poderá sair com 60% da sua capacidade, ou seja, uma redução de carga. Ao invés de sair com 50 mil toneladas, sairia com 16 mil toneladas a menos.

E o importante disso é que o exportador, quem vende a mercadoria, exporta a mercadoria, paga por carga cheia. Então, automaticamente, o frete, o transporte se torna muito mais caro. Daria para citar, por exemplo, é a mesma coisa que contratarmos um carro de corrida, um táxi, e se formos três pessoas, fizemos uma corrida daqui para Cianorte, quanto o carro cobra? Cobra R\$ 500, um exemplo. Se estivermos em três vamos dividir os R\$ 500 em três pessoas. Isso dá 160 e poucos reais para cada um. Agora, se for apenas uma pessoa, ela vai pagar sozinha os R\$ 500. E a mesma coisa é com o porto de Paranaguá. Se o navio não sai com carga total, ora, o frete, o que é o frete? O frete será cobrado como carga total. E quem vai arcar com esse ônus? É exatamente o exportador.

Então, é um prejuízo para o setor produtivo do nosso estado. E a mesma coisa para quem importa. Até quando vamos conviver com esta situação do porto de Paranaguá? Ora, alguém já disse e eu ouvi falar também que agora querem fazer a dragagem em regime de urgência porque dispensa a licitação. Ora, desde 2003 até hoje 2008, são cinco anos, quase seis anos se passaram e o problema existe! Isso é infra-estrutura, isso é dotar o nosso estado para que possamos nos tornar competitivos.

Aliás, por falar em porto de Paranaguá existe um grupo interessado em construir um porto privado em Pontal do Paraná e o Governo é contra, ele quer mais um porto público. Acho importante que tivéssemos um porto público, o Governo investe quanto puder em Antonina e Paranaguá que são públicos e vamos construir um outro privado para que a sociedade possa sentir quem vai operar melhor. Para que pudéssemos ter aquilo que o Deputado Romanelli tanto defende agora na questão tributária, que é a economia de mercado. A economia de mercado vai regular o preço da redução da alíquota do ICMS. Que bom, se tivéssemos mais um porto no nosso estado, que pudéssemos ter a opção da concorrência. É bom para a sociedade do Brasil, do Paraná, de qualquer cidade quando existe a concorrência, é bom quando tem dois,

três, quatro, cinco supermercados, não existe o monopólio, isso é saudável para quem? Para a economia!

Então o porto não se resume apenas no aprofundamento do Canal da Galheta, mas tem outros problemas que já relatamos aqui a questão da limitação da iluminação que foi proibida, depois foi restaurada, em questão de dois anos foi proibida duas, três, quatro vezes, proibiram a navegação no período noturno! Por que? Porque havia problemas com a sinalização do porto de Paranaguá, é uma questão de manutenção apenas, não se mantém e nós vivemos nesse impasse!

O que é que vai acontecer com o porto de Paranaguá? No momento em que todos os portos do Brasil se modernizam, nós estamos na contramão! Agora, infelizmente lamentavelmente tivemos essa enchente, essa enxurrada, essa chuva que acabou com os portos no vizinho estado de Santa Catarina e milhares de pessoas foram desabrigadas, o porto de Itajaí, é lógico, foi danificado e os importadores e exportadores têm que procurar outros portos e é nesse momento que o Paraná podia sair na frente! Mas, por uma questão de teimosia, por uma questão de logística, por uma questão administrativa da Superintendência estamos na marcha ré. Quem fica contente com isso? Lógico, quem fica contente com isso é o porto de São Francisco, São Paulo, são os outros estados vizinhos onde existem portos.

Então, acho que está na hora da Superintendência e a Secretaria dos Transportes do Paraná, que são os titulares, fazer com que sejam tomadas as providências necessárias! Ora, não é possível se isso chegar a acontecer mesmo, o prejuízo será incalculável para o estado do Paraná, o prejuízo será incalculável para a economia do nosso estado! Por essa razão é que vim à tribuna na tarde de hoje, para deixar registrado mais esse fato, quer dizer o porto de Paranaguá não pára de nos reservar surpresas, é uma atrás da outra no porto de Paranaguá. Espero que o novo Superintendente dos portos possa procurar os mecanismos necessários e possa fazer os ajustes necessários no porto de Paranaguá para que os nossos importadores, para que nossos exportadores possam confiar mais no porto e não os práticos devam fazer a solicitação, porque eles estão com medo, não é só a profundidade, é a largura também que diminuiu e muito.

São os motivos que nos levaram por inúmeras vezes a fazer desta tribuna essas denúncias, como aconteceu também com o terminal público de álcool, que está proibido de ser usado por falhas da administração do porto. Quais as falhas apontadas? Primeiro não tinha autorização do IBAMA, depois instalaram o terminal, as famílias que lá estão morando próximo regular e irregular. Mas, as providências têm que ser tomadas. E quem determinou isso não foram Deputados da Oposição e não são os paranaenses, quem determinou foi a Justiça do nosso país, que determinou também a proibição do uso do terminal de álcool público no estado do Paraná. São essas considerações, agradeço as Sras. e Srs. Deputados e

lamentavelmente temos que fazer mais uma vez o registro em relação ao porto de Paranaguá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

O Grande Expediente estava reservado ao Superintendente do Hospital Erasto Gaertner que por motivos de força maior não pôde comparecer. Passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças:

No horário da Liderança do Bloco PSB/PV Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna por duas razões: uma para usar o momento para fazer um grande agradecimento a esta Casa e aos senhores e senhoras aqui presentes. O outro, uma razão bem especial. Tenho 25 anos de trabalho junto à Saúde e hoje me peguei numa situação para mim bastante inusitada. Fui procurada por um senhor que está internado em um hospital da região metropolitana, fora do sistema SUS, porque não conseguiu leito pelo sistema. E esse senhor precisou de transfusão sangüínea. E fui hoje surpreendida de que quando um paciente é internado pelo SUS tem acesso aos hemocentros, aos hemoderivados de forma gratuita. E quando ele interna pelo setor privado, quando ele paga por essa internação, ele também tem que pagar pela bolsa de sangue. Uma bolsa de sangue, R\$ 150.

Eu não sabia disso. Não sabia, porque sou uma doadora de sangue há muito tempo. Diga-se de passagem tenho o planejamento de antes de sair de férias fazer a minha doação, como sempre fiz. E não sabia que quando esse sangue vai para o setor privado é cobrado por ele. Pode até ser legal. Levantei, temos uma portaria de 2004 do Ministério da Saúde. Pode até ser legal, mas para mim tem um caráter imoral. Se eu dô o sangue, por que o meu sangue, ao chegar fora do sistema de saúde, é cobrado? Discutindo com um técnico, com alguém que conversei hoje pela manhã, me disseram que cobram as provas cruzadas, que cobram os insumos. Mas queria estudar melhor esse assunto.

Aproveito a oportunidade para estimular os doadores de sangue, aproveitar esse momento que sabemos que muitas pessoas saem de férias, que sabemos que as estatísticas mostram o alto nível de acidentes, os problemas que temos nos finais de ano, a demanda por sangue e por todos os hemoderivados, para estimular que as pessoas façam a doação.

Gostaria de me aprofundar neste assunto. Gostaria muito de entender essa portaria. Estarei na sequência conversando com os nossos Deputados Federais para entender esse processo.

A mim soa estranho, me incomoda a situação de ver o sangue que doamos sendo cobrado depois para chegar a uma pessoa.

Outra questão é o agradecimento que tenho a fazer a esta Casa. Tivemos várias leis nossas sancionadas pelo Governador, leis que considero de suma importância, como a lei das microbacias, que disciplina a ocupação da beira dos nossos rios, dos nossos córregos, nascentes. Temos leis importantes que considero de suma importância como a meia entrada para professores, embora tenhamos um outro debate a nível de Congresso.

Vejo que essa lei da meia entrada que defendemos nesta Casa e que o Governador sancionou é de suma importância, como um estímulo à cultura, à arte, ao entretenimento. Fico preocupada quando se estabelecem cotas, embora seja solidária à dificuldade que passa a indústria de entretenimento neste país, as dificuldades que passa quem quer fazer parte, precisávamos subsidiar mais, investir mais nessa situação. Mas entendo que se eu garantir o acesso, cria o hábito, se eu conseguir com que o estudante vá para o teatro, vá para o cinema, vá para o espetáculo, vá para o musical, se ele conseguir ter acesso eu crio o hábito da cultura. E isso faz com que se reverta mais recursos para esse setor. Preocupa-me um pouco essa discussão no Congresso. Nós aqui temos que agradecer por já ter essa lei sancionada. Temos alguns problemas, pedi e protocolei junto à Mesa, inclusive para que pudéssemos estar ouvindo já no início do ano que vem o Cinemark, que é a única situação no Paraná que ainda não reconhece a questão do meio ingresso dos professores. Os demais empreendedores da indústria do entretenimento, todos reconhecem a questão da meia entrada para professores.

Quero agradecer a todos. Ontem vimos o orçamento ser colocado e aprovado por esta Casa. Quero registrar o meu profundo agradecimento à Comissão de Orçamento, aos técnicos que trabalham na área. Mais do que acatar as nossas emendas, mas pela forma com que desde o ano passado nos instrumentalizam, nos mostram os caminhos a serem seguidos, nos ajudam a crescer enquanto Parlamentares que somos.

Agradecimento especial ao Deputado Nereu Moura, Relator do Orçamento, a Deputada Beti Pavin, Presidente da Comissão de Orçamento, e principalmente aos funcionários trabalhadores da Comissão, isso personalizado na figura da Ana Beatriz, ela que está sempre pronta, sempre disposta a nos assessorar, nos ajudar para que possamos colocar as emendas Parlamentares aí.

Muito se questionou nesta Casa com relação ao pagamento dessas Emendas, mas acho que na hora que colocamos no orçamento, pelo menos damos um indicativo que aquele setor tem que ser atendido. Se não levar o nosso nome na hora do atendimento não faz mal, mas que chegue lá o benefício que apontamos.

Quero parabenizar ao Governo para dar algumas observações na hora de elaborar o orçamento ou indicati-

vos, para que possamos propor emendas dentro do setor Saúde e dentro do setor Educação, prioritariamente que deveria ser de todos os Governos.

Acho, muito legítima a questão de colocar a observação que as nossas emendas deveriam contemplar os municípios com menor IDH. São esses municípios que mais precisam de nós Parlamentares, que mais precisam do Governo local, Estadual e Federal. O Governo tem toda uma legitimidade, quando pontua essas questões na hora de elaborarmos o orçamento.

Para finalizar, ainda com relação ao orçamento me preocupa sim a questão da Saúde. Dessa vez, passamos batido no sentido de discussão, mas não passou batido a preocupação de vários Parlamentares dessa Casa. Ainda no orçamento da Saúde, teremos algumas rubricas orçamentárias que não colocamos e não percebemos como assistência à Saúde propriamente dita. São recursos que fazem falta sim, são recursos que, nesta crise que estamos vivenciando, uma coisa está correlacionada à outra. São recursos que, com certeza, faltarão no setor Saúde.

Temos que ainda brigar e nunca deixarmos de lutar pela regulamentação da Emenda nº 029, que vai dizer o que são gastos em Saúde. Tenho certeza que quando isso acontecer, o Governo do Paraná vai acatar de pronto.

Era isso que eu tinha para falar nesse momento.

Quero agradecer sempre a parceria de todos os senhores e senhoras nessa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 594/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a doação de um microônibus para o município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3958, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Dr. Batista, Jonas Guimarães, Teruo Kato e demais Srs.

Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 17/12/08, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão, emissão de parecer e votação das seguintes matérias: 300/07; 005, 314, 354, 375, 391, 393, 402, 468, 469, 496, 515, 541 e 544/08, de autoria do Poder Executivo, Tribunal de Justiça e do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Recebido; conforme o artigo 107, do Regimento Interno, decorrido o prazo regimental para deliberação em Plenário; À D.A.P. para providências.**

Requerimento nº 3959, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 03 de abril, devido a viagem a Londrina, para encontro partidário e no dia 14/05/08, para encontro com dirigentes partidários em Brasília. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3960, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias do dia 15/07/08, devido a visita a programas de meio ambiente praticadas pelo estado do Rio de Janeiro. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3961, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 08, 09 e 10/04/08, devido a reuniões partidárias em Brasília. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3962, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, para logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDHCD. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, dispõe sobre a tarifa reduzida de energia

elétrica, empresas, no período noturno, que recebeu duas emendas de plenário, a saber:

Emenda nº 01, beneficiando estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços urbanos ou rurais, localizados em municípios com baixo de IDH;

Emenda nº 02, alterando o horário do período noturno, que fica compreendido entre as vinte e três horas e às seis horas do dia seguinte.

Analisando as proposições, verificou-se que as emendas não encontram óbices no âmbito constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável às emendas de plenário.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Edson Strapasson, Tadeu Veneri, Carlos Simões.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda nº 01 - **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02 - **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 789/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 789/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 226/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Produtores de Cebola - APACE, com sede e foro no município de Campo Largo. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 226/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Produtores de Cebola - APACE, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/12//08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços de Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário, em observância ao disposto no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 14277/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM APRECER DA CF. **Aprovado.**

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 470/08

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria Poder Judiciário Estadual, através de seu órgão máximo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, propõe alteração na estrutura organizacional dos serviços de Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário, em observância ao que dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

A justificativa que acompanha a proposição apresenta dados e fundamenta a necessidade de alteração da estrutura atual dos serviços do Foro Judicial do Estado do Paraná, bem como defende a modernização, através da forma simples e pequena, dos cargos para o quadro de pessoal de jurisdição do primeiro grau.

A proposição já recebeu parecer favorável, o qual foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, reconhecendo a sua regularidade quanto à forma, inclusive em relação à iniciativa.

Voto do Relator

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos

do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno.

A aprovação desta lei que reestrutura a organização de todo o Foro Judicial do Estado do Paraná, bem como cria o Quadro de Pessoal de 1º o Grau do Poder Judiciário do Estado do Paraná, não encontra qualquer óbice quanto ao aspecto formal da matéria financeiro-orçamentário.

Embora a iniciativa não apresentar nenhum estudo específico quanto ao impacto financeiro-orçamentário, através da própria justificativa e do ofício de encaminhamento da mensagem apresenta as razões suficientes para reconhecer-se atendidas as exigências formais. Na justificativa da proposição é informado que, com a criação do Fundo de Justiça, aprovado nesta Casa de Leis através da Lei nº 15942/08, foi aportado o crédito de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) já este ano e desde a criação deste fundo que tem a finalidade de viabilizar a estatização das serventias judiciais no âmbito do judiciário paranaense. E para próximo exercício - ano 2009 - foi apresentada, dentro da Proposta Orçamentária Consolidada do Estado do Paraná, em análise nesta Casa, especificamente para o Fundo da Justiça do Poder Judiciário, correspondente à unidade 62, um total de R\$ 16.618.000,00 (Dezesseis milhões, seiscentos e dezoito mil reais), a título de Receitas de Outras Fontes e correspondente despesas orçamentária, na qual se enquadra a implementação da nova estrutura organizacional do Foro Judicial do Estado e a criação de seu quadro de pessoal.

Ademais, haverá também arrecadação das custas dos atos judiciais praticados pelos serviços a serem oficializados, cujos recursos também se destinarão a suportar os gastos com este serviço, inclusive o seu pessoal.

Vale lembrar ainda que a estatização das escrivânias será implementada de forma gradativa, na medida em que ocorrer a vacância, tendo em vista o direito dos atuais titulares das escrivânias ainda não estatizadas.

Para tanto, informa a mensagem que atualmente há 421 (quatrocentos e vinte e uma) varas autorizadas pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, dos quais 221 (duzentos e vinte e uma) serventias estão sob o regime privado e dependem de estatização, porém, a curto prazo, apenas 24 (vinte e quatro) estão vagos e as demais 197 (cento e noventa e sete) escrivânias devem ser oficializadas a médio e longo prazo.

Para viabilizar a estatização das escrivânias em curto e médio prazo, com a estrutura ora proposta, o projeto propõe a criação inicial de 800 (oitocentos) cargos de analistas e 2.400 (dois mil e quatrocentos) técnicos, posto que a reestruturação prevê a existência de apenas estes dois cargos. A tabela de remuneração, cada qual com 09 (nove) níveis cada, está descrita no anexo I, do projeto. Os vencimentos para o cargo de Analista, para o qual se exige formação superior, inicia no nível 1, com R\$ 2.303,66 (dois mil, trezentos e três reais e sessenta e seis centavos) e ao final de carreira, nível 9, pode alcan-

çar R\$ 3.176,79 (três mil, cento e setenta e seis reais e setenta e nove centavos); ao passo que para o técnico, de nível médio, inicia com R\$ 1.422,70 (um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta centavos), e ao final da carreira atinge R\$ 1.694,24 (um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos). Quanto à remuneração ainda fica instituída a gratificação de 50% (cinqüenta por cento) do vencimento básico para a função de direção de Secretaria (atualmente conhecido como Cartorário) e a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico para a função de Supervisão.

O ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná informa no encaminhamento da mensagem ainda que o cumprimento formal da Lei de Responsabilidade Fiscal se dará por ocasião da oficialização de cada serventia. E, para tanto, o artigo 20, das disposições transitórias condiciona a eficácia desta Lei ao atendimento do parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Quanto ao aspecto técnico desta Comissão entendemos que não óbice de ordem financeira orçamentária, devendo a proposição receber parecer favorável.

Quanto ao aspecto de conveniência e oportunidade, ou seja, o mérito da proposição, a princípio entendemos que o projeto tem sua necessidade, posto que reestrutura os serviços do Foro Judicial no Estado, para, finalmente, implantar, ainda que não integral de imediato, a estatização destas serventias. Também temos opinião que a estrutura de quadro de pessoal deverá se adaptar à mais moderna administração, com poucos cargos e os serviços distribuídos em funções, a exemplo da Justiça Federal e também uma tendência nos demais Poderes da República, a fim de tornar mais ágil o serviço público, mas também para viabilizar progressões funcionais.

No entanto, a matéria admite controvérsia quanto a seu mérito em alguns aspectos: como a exigência de nível superior para a execução dos atos de cumprimentos de mandados judiciais dos atuais servidores do quadro do Judiciário para este novo quadro, entre outros. No entanto, em razão da proposição já estar na Ordem do Dia da Sessão Plenária de hoje, entendemos não ser recomendável sobrestar o feito, mas sim, facultar a apresentação de eventuais emendas em plenária.

Assim somos pela tramitação do projeto, com a faculdade quanto ao mérito.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de dezembro de 2008. Resolução nº 003/04.

COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de dezembro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Dobrandino da Silva e Plauto Miró.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 079/08

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada e Contas a Proposição nº 079/08, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de dezembro de 2008, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 079/08, e todas as contas prestadas encontram-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à sua exatidão, concluo pelo parecer favorável aprovado.

Decide então, este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3915 a 3947, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3952, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3950, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3953 e 3954, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3949, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3955, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Consulto V. Exa. se será aberta a inscrição para o Pequeno Expediente na próxima Sessão. Em caso afirmativo, abrirei mão das Explicações Pessoais para as quais eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. pode usar do Pequeno Expediente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 314 e 468/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 402 e 470/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 776 e 800/07; 392 e 427/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 475/07 e 393/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 314, 354 e 468/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380, 391 e 496/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/08.

Levanta-se a Sessão.

